

Títulos cobrem todo déficit do mês de março

BRASÍLIA — O Tesouro apresentou em março déficit de CZ\$ 218,4 bilhões, coberto com a colocação de títulos no valor de CZ\$ 225,4 bilhões, do que resultou superávit de CZ\$ 7 bilhões. No primeiro trimestre, o déficit acumulado é de CZ\$ 394,2 bilhões, a colocação líquida de papéis, de CZ\$ 477,2 bilhões, e o resultado acumulado de caixa, de CZ\$ 83 bilhões. Os números foram divulgados ontem pela Secretaria do Tesouro.

Do déficit de março, CZ\$ 108,6 bilhões se devem à execução do orçamento fiscal e CZ\$ 37,7 bilhões à do orçamento de crédito. O item pessoal e encargos sociais, com CZ\$ 109,4 bilhões, continuou a pesar no orçamento fiscal, representando 88,7% da receita disponível (menos restituições, incentivos, transferências a estados e municípios e vinculações).

No trimestre, as despesas com pessoal consumiram 81,3% da receita disponível. Com o congelamento da URP do funcionalismo, essa relação deve cair para cerca de 70% em abril (seria de 82,2% com a URP), segundo o secretário de programação financeira do Tesouro, Pedro Parente.

Além das despesas com pessoal, os encargos da dívida interna em títulos (exceto correção monetária) são a principal despesa do Tesouro. Esses encargos somaram CZ\$ 57,2 bilhões em março, com crescimento real de 10% no trimestre sobre o mesmo período do ano anterior (as despesas com pessoal cresceram 36,2% no trimestre).

No orçamento de crédito, a principal despesa foi o refinanciamento da dívida externa com aval do Tesouro, que totalizou CZ\$ 42,8 bilhões em março e CZ\$ 93 bilhões no exercício. A comparação com a previsão de gastos do orçamento, que embute inflação de 120% — já ultrapassada, pois o governo trabalha hoje com 600% — indica que: 1) os gastos com pessoal já ultrapassaram em 124% o previsto; 2) os encargos da dívida interna já superaram em 60% a previsão.

A colocação líquida de títulos pelo governo, para cobrir o déficit, está em 33% do limite aprovado pelo Congresso (CZ\$ 1,4 trilhão, exceto a correção monetária do giro da dívida). Numa execução normal do orçamento, esse limite não teria superado 25%. A revisão do orçamento poderá aumentar esse limite, a depender do déficit que for projetado. Caso contrário, o governo terá de parar de emitir títulos.